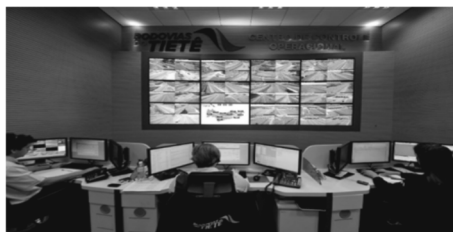




2019

Divulgação de Resultados

www.rodoviasdotiete.com.br



Relatório da Administração - 31 de Dezembro 2019

13 de Março de 2020 - A Concessionária Rodovias do Tietê S.A. – em recuperação judicial – “Rodovias do Tietê”, que administra 415 km de rodovias e acessos no Estado de São Paulo, divulga seus resultados do ano de 2019.

Apresentação dos Resultados

O relatório da administração e as informações financeiras anuais da Concessionária Rodovias do Tietê S.A. relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram elaboradas de acordo com as disposições legais do CPC 26—Demonstrações Contábeis emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Técnicos, na deliberação CVM (Comissão de Valores Mobiliários) nº 676 e de acordo com a Norma Internacional IAS—Presentation of Financial Statements

Tópicos	Índice
Sobre a Concessão	Página 3
Destaques	Página 4
Sumário Executivo	Página 5
Tráfego de veículos e Eixos equivalentes	Página 6
Tráfego por praça	Página 7
Tarifas de pedágio	Página 8
Receitas	Página 9
Custos e Despesas operacionais	Página 10
EBITDA e Margem Ebtida	Página 11
Resultado Financeiro	Página 12
Debêntures	Página 13
Obras e Investimentos	Página 16
Responsabilidade Socioambiental	Página 17
Demonstrações Financeiras	Página 18
Relacionamento com o Auditor	Página 22

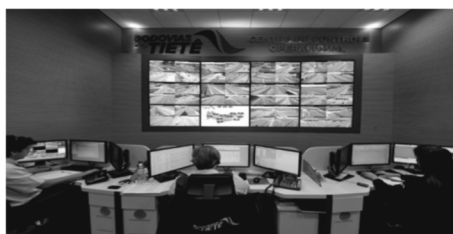
Nuno Filipe Nogueira Alves Coelho
Diretor Administrativo, Financeiro e de
Relações com Investidores / CFO

Tel.: (11) 4602-7900

Fax: (11) 4602-8069

E-mail: ri@rodoviasdotiete.com.br

www.rodoviasdotiete.com.br/ri

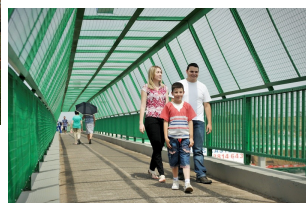
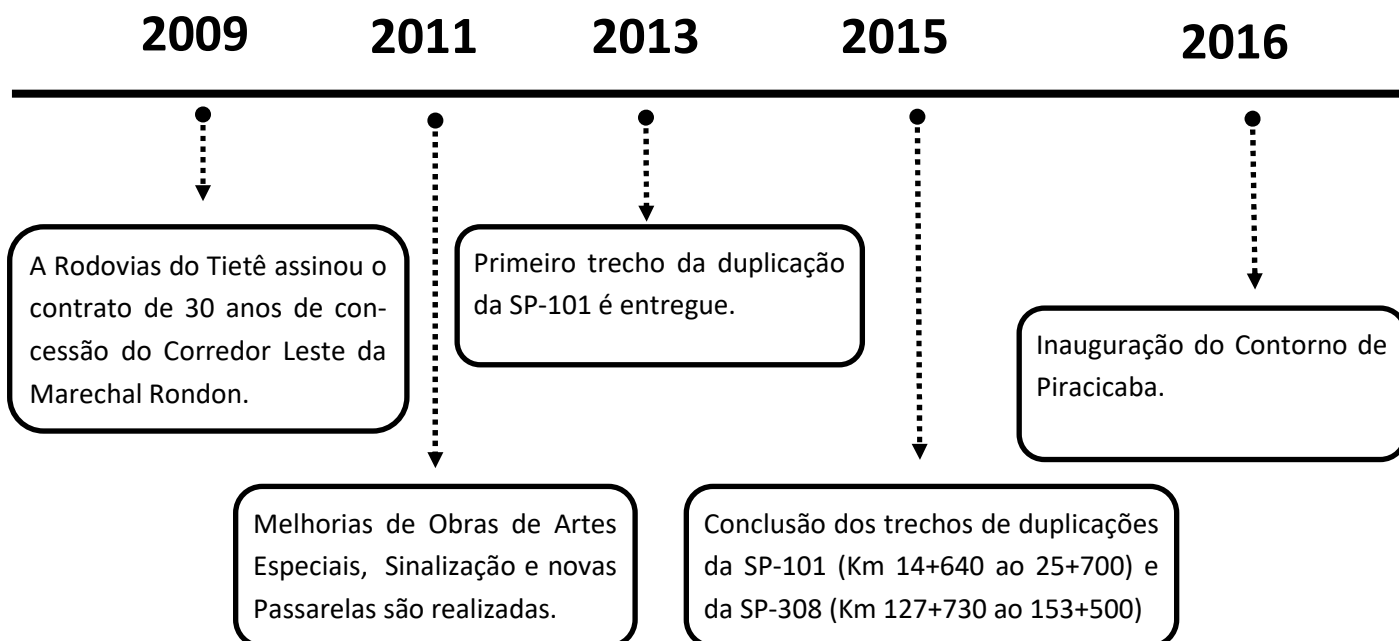


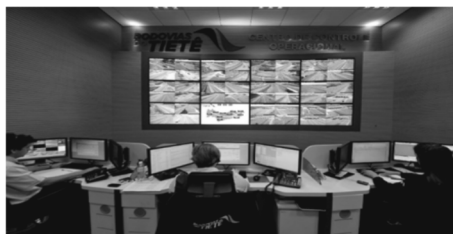
Sobre a Concessão

Em abril de 2009, a Rodovias do Tietê assinou, junto ao Governo do Estado de São Paulo, o contrato de concessão de 30 anos do Corredor Leste da Marechal Rondon. Para a gestão dos mais de 400 km de rodovias e acessos, a Concessionária pagou, em 18 meses, R\$ 517MM a título de outorga fixa.

O trecho concedido é constituído pela SP-101 (Rodovia Jornalista Francisco Aguirre Proença), SP-113 (Rodovia Dr. João José Rodrigues), SP-308 (Rodovia Comendador Mário Dedini), SP-300 (Rodovia Marechal Rondon) e SP-209 (Rodovia Prof. João Hipólito Martins), interligando 25 municípios do interior do Estado de São Paulo.

Durante o período de concessão, serão investidos mais de R\$ 2,4Bi na duplicação de mais de 90 km de vias, construção de 73 km de vias marginais, 87 km de faixas adicionais, 148 km de acostamentos e 24 passarelas. Entre as principais obras estão a duplicação da SP-101 e da SP-308 e o Contorno de Piracicaba, que contribuem com o desenvolvimento econômico da região e proporcionam mais segurança aos milhares de usuários que utilizam o sistema diariamente.





Destaques:

Receita Operacional

- ✓ R\$ 235 milhões de receita líquida.



Tráfego

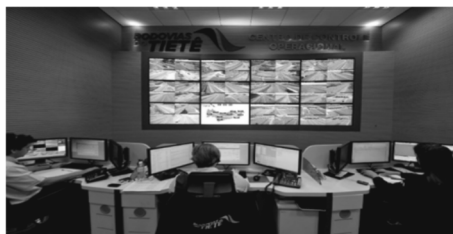
- ✓ Aumento de 1,59% no tráfego pedagiao e redução de 1,82% no tráfego em eixos equivalentes.



Obras

- ✓ Duplicação da SP-101
- ✓ Duplicação da SP-308
- ✓ Implantação de dispositivo da SP-101
- ✓ Implantação de dispositivo da SP-300





Sumário Executivo

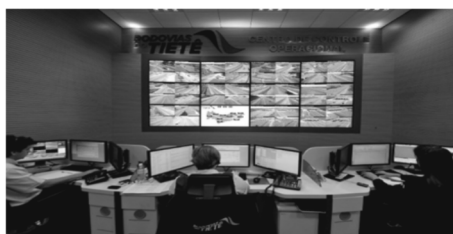
A economia brasileira no ano de 2019 teve um crescimento desacelerado. A taxa básica de juros do Banco Central do Brasil (SELIC) fechou em 6% a.a. em dezembro de 2019, segundo o relatório do COPOM.

Vale ressaltar também que o IBGE apurou o índice oficial de inflação do país (IPCA) em 4,31% no acumulado nos últimos 12 meses. Segundo relatório Focus do Banco Central, divulgado no dia 27 de dezembro de 2019, a previsão era que o Produto Interno Bruto (PIB) de 2019 ficasse 1,17% inferior ao ano de 2018.

Durante o ano de 2019 houve aumento de 1,59% no tráfego de veículos, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Já o tráfego de veículos por eixos equivalentes apresentou uma redução de 1,82%, quando comparado no mesmo período do ano anterior.

Essa redução deve-se, principalmente pela suspensão da cobrança dos eixos suspensos e pela paralisação dos caminhoneiros ocorrida no mês de maio de 2018 que afetou diversos setores econômicos e produtivos do país que dependem do transporte de cargas. A suspensão da cobrança de eixos suspensos passou a vigorar em 31 de maio de 2018. A suspensão da cobrança foi uma das reivindicações dos caminhoneiros que fez parte do acordo junto ao governo para suspender a greve.

As principais obras realizadas pela Concessionária foram a duplicação da SP-101, a duplicação da SP-308, Dispositivos da SP-101 e Dispositivos da SP-300



Tráfego

No ano de 2019 o volume de tráfego teve um aumento de 1,59% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O fluxo de veículos de passeio aumentou 1,76%, enquanto comerciais leves teve um aumento de 7,62% e comerciais pesados uma queda de 7,88%.

>> Veículos

Tráfego em milhares de veículos	2019*	2018*	Variação
Passeio	19.946.955	19.601.772	1,76%
Comercial Leve	3.802.317	3.533.093	7,62%
Comercial Pesado	2.399.191	2.604.440	-7,88%
Total	26.148.463	25.739.305	1,59%

*Volume acumulado do exercício.

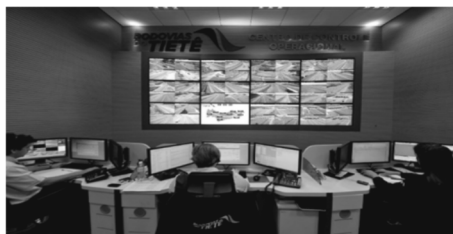
No ano de 2019 o volume de tráfego de eixos equivalentes teve uma queda 1,82% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O fluxo de veículos de passeio aumentou 1,72%, enquanto comerciais leves teve um aumento de 5,62% e comerciais pesados uma queda de 10,58%.

>> Eixos Equivalentes

Tráfego em milhares de veículos	2019*	2018*	Variação
Passeio	19.612.879	19.181.431	1,72%
Comercial Leve	9.063.759	8.581.589	5,62%
Comercial Pesado	13.479.967	15.074.720	-10,58%
Total	42.156.605	42.937.740	-1,82%

*Volume acumulado do exercício.

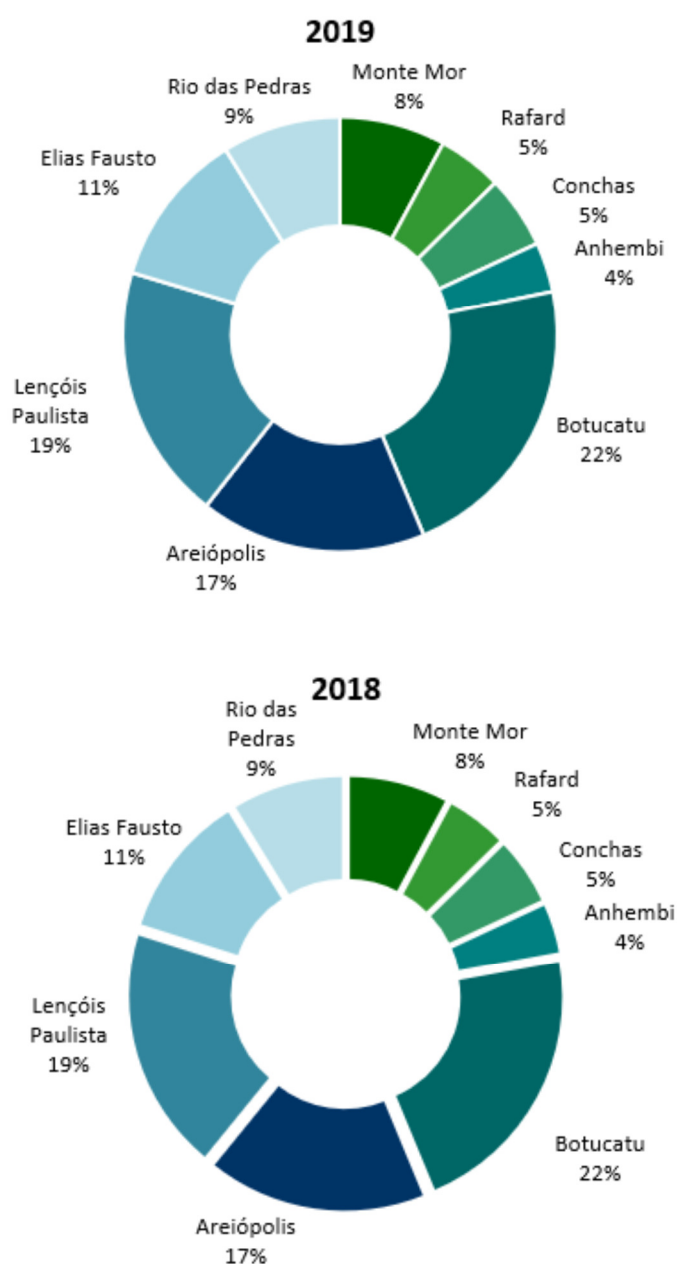
A diminuição deve-se, principalmente pela suspensão da cobrança dos eixos suspensos e pela paralisação dos caminhoneiros ocorrida no mês de maio de 2018 que afetaram diversos setores econômicos e produtivos do país que dependem do transporte de cargas.

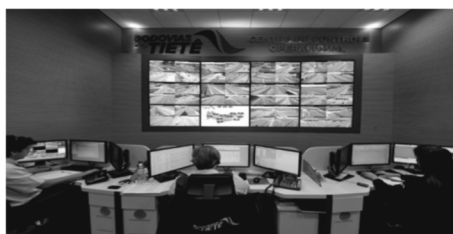


Tráfego

>> Tráfego por praça

O corredor de exportação localizado na SP-300 composto pelas praças de pedágio de Lençóis Paulista, Areiópolis e Botucatu, representa a maior parte da receita da companhia, cerca de 58% em eixos equivalentes. Já os corredores Municipal, Multisetorial e Industrial somados representam 42% da receita.





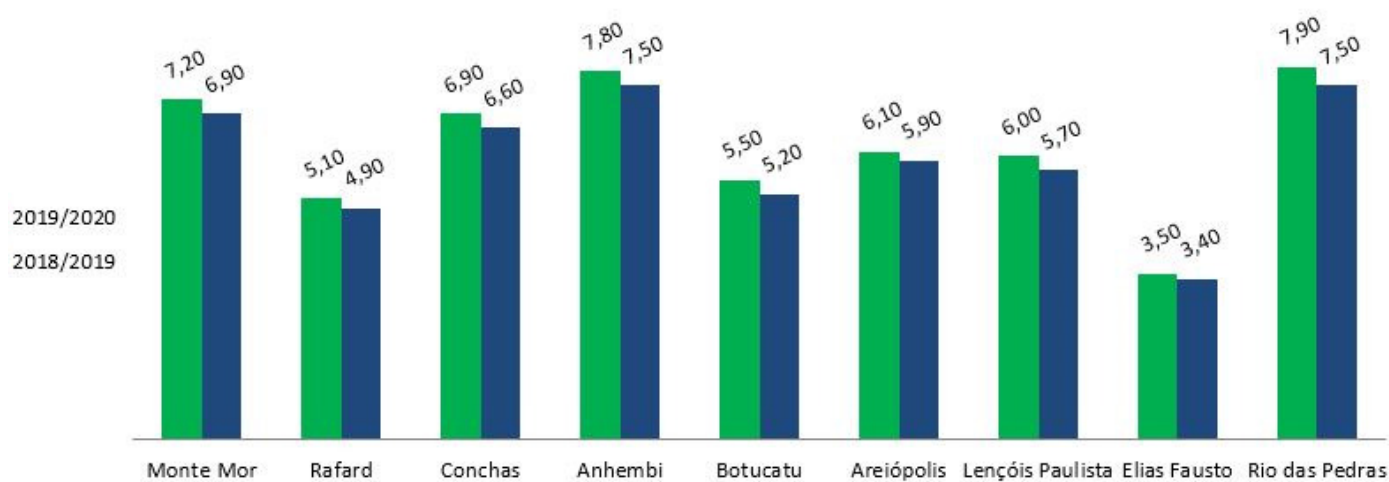
Tráfego

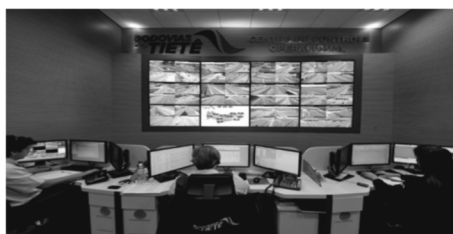
>> Tarifas de Pedágio

A tarifa média da Concessionária por eixo equivalente em 2019/2020 é de R\$ 6,22 contra R\$ 5,96 em 2018/2019.

Praça de pedágio	2019/2020	2017/2018
Monte Mor	7,20	6,90
Rafard	5,10	4,90
Conchas	6,90	6,60
Anhembi	7,80	7,50
Botucatu	5,50	5,20
Areiópolis	6,10	5,90
Lençóis Paulista	6,00	5,70
Elias Fausto	3,50	3,40
Rio das Pedras	7,90	7,50
Tarifa Média	6,22	5,96

Tarifas de Pedágio





Receitas

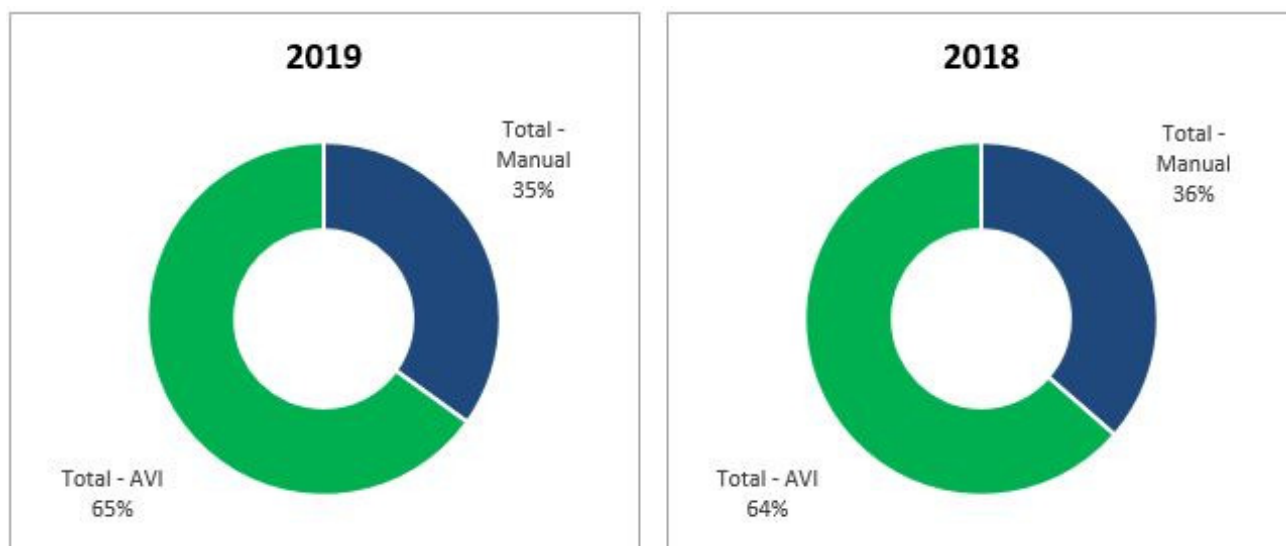
Receitas (em R\$ mil)	2019*	2018*	Variação
Receitas de Pedágio	244.302	237.887	2,70%
Receitas Acessórias	12.963	11.902	8,91%
Impostos sobre Receitas	(22.254)	(22.622)	-1,63%
Receitas Operacionais	235.011	227.167	3,45%
Receitas de Construção	113.348	69.793	62,41%
TOTAL	348.359	296.960	17,31%

*Volume acumulado do exercício.

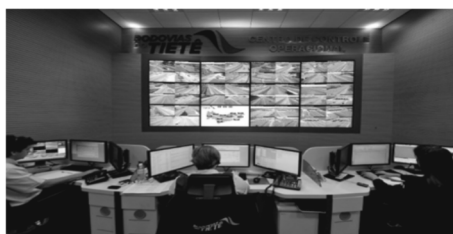
A Concessionária obteve, no ano de 2019, uma receita bruta com arrecadação de pedágio de R\$ 244.302 mil (R\$ 237.887 mil no ano de 2018) e arrecadou R\$ 12.963 mil (R\$ 11.902 mil no ano de 2018) a título de receita acessória. Sobre estes valores foram recolhidos ISSQN, PIS e COFINS totalizando R\$ 22.254 mil no ano de 2019 (R\$ 22.622 mil no ano de 2018).

Além disso, atendendo às Normas de Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a Concessionária reconheceu, no período em análise, R\$ 113.348 mil de receita de construção contra R\$ 69.793 mil no ano de 2018 com contrapartida nos custos de construção.

>> Formas de Pagamento



*Volume acumulado do exercício.



Custos e Despesas Operacionais

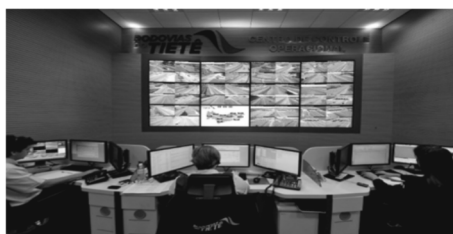
Os custos e despesas operacionais refletem gastos com pessoal, dispêndios com manutenção e conservação da infraestrutura concedida, serviços de terceiros, custos referentes à outorga variável sobre a arrecadação de pedágio e as receitas acessórias e dispêndios com seguros e garantias. Já os demais custos representam lançamentos contábeis oriundos das novas práticas contábeis e que não geram efeito caixa.

Custos e Despesas Operacionais	2019*	2018*	Variação
Com Pessoal	(21.066)	(22.359)	-5,78%
Honorários da Administração	(1.417)	(2.078)	-31,81%
Manutenção e conservação	(42.854)	(42.351)	1,19%
Serviço de terceiros	(6.794)	(6.501)	4,51%
Ônus variável da concessão	(3.860)	(3.825)	0,92%
Seguros e Garantias	(2.058)	(2.279)	-9,70%
Outras receitas e despesas	(7.774)	(878)	785,42%
Subtotal	(85.823)	(80.271)	6,92%
Custo de serviços de construção	(112.254)	(69.535)	61,44%
Provisão para demandas judiciais	(107.638)	562	-19.252,67%
Provisão para manutenção em rodovias	(42.222)	(31.953)	32,14%
Depreciação e amortização	(43.242)	(38.161)	13,31%
Total	(391.179)	(219.358)	78,33%

*Volume acumulado do exercício.

No ano de 2019, houve um aumento de 74,45% nos custos e despesas operacionais que passaram de R\$ 219.358 mil em 2018 para R\$ 391.179 mil em 2019. As principais variações foram:

- ⇒ Com Pessoal: Redução em função da reversão da participação no resultado de 2018 e 2019;
- ⇒ Honorários da Administração: Redução em função da reversão da participação no resultado de 2018 e 2019;
- ⇒ Manutenção e conservação: Reajuste nos contratos de prestação de serviços de conservação vegetal, guincho e pré-atendimento hospitalar;
- ⇒ Custo dos serviços de construção: Aumento nas aquisições do ativo intangível;
- ⇒ Provisão para manutenção em rodovias: Revisão das provisões para manutenção futura da infraestrutura devido à proximidade no novo ciclo de recapeamento e de sinalização horizontal que se iniciou no segundo trimestre de 2019;
- ⇒ Provisão para demandas judiciais: provisionamento de processos de causas cíveis e trabalhistas; e
- ⇒ Depreciação e amortização: Aumento em função da revisão da taxa de amortização da curva de demanda de tráfego.



EBITDA e MARGEM EBITDA

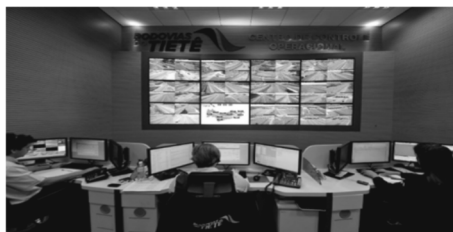
O EBITDA apresentado na tabela abaixo é ajustado para melhor refletir a geração de caixa da Companhia, ou seja, com a exclusão das provisões para manutenções futuras exigida pelas novas práticas contábeis.

EBITDA (em R\$ mil)	2019*	2018*	Variação
Resultado Líquido do Período	(150.106)	(58.844)	155,09%
(+/-) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(76.821)	(30.107)	155,16%
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	184.105	166.552	10,54%
(+/-) Depreciação e Amortização	43.242	38.161	13,31%
EBITDA	420	115.762	-99,64%
(+/-) Provisão para manutenção em rodovias	42.222	31.953	32,14%
EBITDA AJUSTADO (a)	42.642	147.715	-71,13%
Receitas Operacionais (b)	235.011	227.167	3,45%
MARGEM EBITDA AJUSTADO (a/b)	18,14%	65,02%	-46,88 p.p

*Volume acumulado do exercício.

No ano de 2019, houve uma redução de 71,13% no EBITDA ajustado, que passou de R\$ 147.715 mil no ano de 2018 para R\$ 42.642 mil no ano de 2019. E a margem EBITDA ajustado teve uma redução de 46,88 p.p.

Além disso, houve um aumento de 13,31% na depreciação e amortização que passou de R\$ 38.161 mil no ano de 2018 para R\$ 43.242 mil no ano de 2019, em função da revisão da taxa de amortização da curva de demanda de tráfego. Houve também uma variação de 32,14% na provisão para manutenção em rodovias por conta da revisão das provisões para manutenção futura da infraestrutura devido à proximidade no novo ciclo de recapeamento e de sinalização horizontal que se iniciou no segundo trimestre de 2019.



Resultado Financeiro

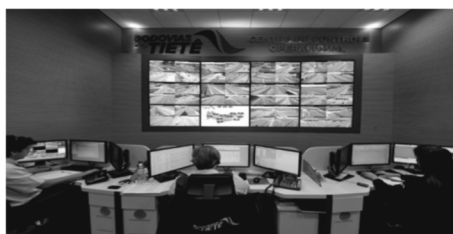
O resultado financeiro no ano de 2019, comparado ao mesmo período de 2018, é composto da seguinte forma:

Resultado Financeiro (em R\$ mil)	2019*	2018*	Variação
Juros sobre Financiamentos e Debêntures	(159.054)	(165.149)	-3,69%
Juros sobre Mútuo	(13.914)	(12.822)	8,52%
Outras Despesas Financeiras	(19.723)	(9.250)	113,22%
TOTAL DESPESAS FINANCEIRAS	(192.691)	(187.221)	2,92%
Receitas Financeiras	8.586	20.669	-58,46%
TOTAL RESULTADO FINANCEIRO	(184.105)	(166.552)	10,54%

*Volume acumulado do exercício.

No ano de 2019 houve um aumento de 10,54% no resultado financeiro que passou de (R\$ 166.552) no ano de 2018 para (R\$ 184.105) mil no ano de 2019. As principais variações foram:

- ⇒ Juros sobre Financiamentos e Debêntures: Redução em função dos pagamentos efetuados do principal com atualização e juros.
- ⇒ Outras despesas financeiras: Aumento em função do AVP da provisão para manutenção em rodovias e dos custos de transação com as debêntures.
- ⇒ Receitas Financeiras: Menores valores aplicados e menor CDI sobre as aplicações financeiras vinculadas.



Debêntures

Conforme aprovado em reuniões do Conselho de Administração e Assembleia Geral Extraordinária realizadas em 13 de maio de 2013, bem como autorizada pela ARTESP, por meio de Deliberação do Conselho Diretor de 23 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 30 de maio de 2013, a Companhia efetuou, em 15 de junho de 2013, a emissão de 1.065.000 debêntures simples, incentivadas de acordo com a lei 12.431, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais), sob regime de garantia firme de colocação, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantia real, em série única, nominativas e escriturais, perfazendo o montante total de R\$1.065.000 mil.

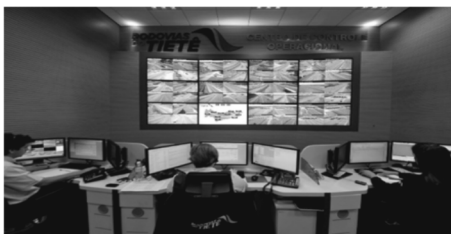
As debêntures foram objeto de oferta pública de distribuição registrada na CVM, em conformidade com a Instrução CVM 400 e demais disposições legais, regulamentares e auto regulatórias aplicáveis. O registro da Oferta foi requerido por meio do procedimento simplificado instituído pela Instrução da CVM 471, sendo a oferta submetida previamente à análise da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA (“ANBIMA”).

Os recursos obtidos na data de liquidação, em 05 de julho de 2013, totalizaram R\$1.071.202 mil. Esses recursos financeiros, líquidos de custos de captação de R\$65.320 mil, foram utilizados na liquidação antecipada da 4ª série de Notas Promissórias comerciais, no montante de R\$610.210 mil, em 05 de julho de 2013, e o restante permaneceu investido em contas reservas para garantir o pagamento dos juros sobre as debêntures, o financiamento parcial das obras previstas no Contrato de Concessão e de Custos Operacionais.

As debêntures estão garantidas pela alienação fiduciária das ações da Companhia e cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos da concessão.

As debêntures são remuneradas pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (“IPCA”) e pagos semestralmente, conforme tabela abaixo:

Datas de Pagamento	Principal	Juros	Total
15/12/2013	-	45.653	45.653
15/06/2014	-	43.365	43.365
15/12/2014	-	46.517	46.517
15/06/2015	-	46.650	46.650
14/12/2015	-	50.981	50.981
14/06/2016	-	51.851	51.851
14/12/2016	-	54.109	54.109
14/06/2017	-	54.157	54.157
14/12/2017	9.283	56.871	66.154
14/06/2018	15.174	56.897	72.071
17/12/2018	35.855	56.882	92.737
17/06/2019	38.803	55.412	94.215



Debêntures - (continuação)

Em 20 de setembro de 2019, a Companhia solicitou aos Debenturistas a deliberação dos seguintes itens:

- A. Deliberação acerca da declaração, ou não, do vencimento antecipado das Debêntures, tendo em vista o descumprimento de suas obrigações não pecuniárias atinentes ao: (i) cumprimento com as obrigações por ela assumidas, constantes das deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas realizadas em 13/12/2017, 30/04/2018, 30/05/2018, 28/06/2018, 30/07/2018, 30/08/2018, 12/11/2018, 11/12/2018, 12/02/2019, 27/03/2019, 26/04/2019, 05/06/2019, suspensão e retomada em 12/06/2019, suspensão e retomada em 14/06/2019 e 24/07/2019, suspensão e retomada em 30/07/2019; e (ii) recomponha os Saldos Mínimos Obrigatórios das Contas de Reserva, conforme estabelecido no Aditivo do Contrato de Administração de Contas;
- B. Aprovação de alteração dos quóruns estabelecidos na cláusula 7.13 da Escritura de Emissão;
- C. Apresentação de nova proposta de reestruturação, realização de análise, discussão e aprovação de tal proposta, podendo ser apresentado contraproposta pelos Debenturistas presentes.

Em resultado a essa solicitação, os Debenturistas suspenderam para o dia 04 de outubro de 2019 os itens apresentados pela Companhia.

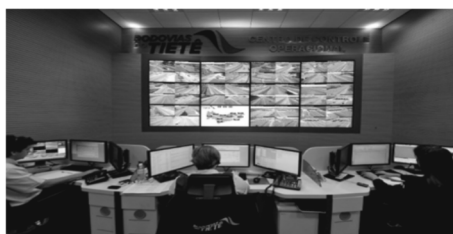
Em 04 de outubro de 2019, os Debenturistas suspenderam para o dia 25 de outubro a deliberação dos itens apresentados na AGD do dia 20/09/2019.

Em 25 de outubro de 2019, foi realizada Assembleia Geral de Titulares de Debêntures (AGDs), na qual foi suspensão para o dia 08 de novembro de 2019.

Em 08 de novembro de 2019, foi realizada Assembleia Geral de Titulares de Debêntures (AGDs), na qual foram deliberados os seguintes itens:

- A. Com o não atendimento da cláusula 4.16.7 da Escritura, onde é necessário o quórum de, no mínimo, 2/3 dos presentes para não declarar o vencimento antecipado, restou declarado o vencimento antecipado das Debêntures;
 - A.1 Com o resultado do item “A”, este item ficou prejudicado.
- B. Não foi aprovada a alteração dos quóruns estabelecidos na cláusula 7.13 da Escritura de Emissão considerando que, pelo disposto na Escritura, seria necessária a aprovação de 100% dos presentes, mas que somente 77,49% dos presentes votaram pela aprovação deste item;
- C. Com o resultado do item “A”, este item ficou prejudicado.
- D. Não houve assuntos adicionais.

Com a declaração de vencimento antecipado, a Administração da Concessionária realizou a abertura do processo de recuperação judicial como sendo mais um passo para a reestruturação financeira, mas que não afetará no atendimento aos compromissos assumidos junto ao órgão regulador e aos serviços a serem prestados aos usuários que utilizam Corredor Leste da Marechal Rondon.



Debêntures - (continuação)

Em 11 de novembro de 2019, a Companhia ajuizou pedido de recuperação judicial, nos termos da Lei 11.101/05 (“Lei de Recuperação e Falências”), cujo processamento foi deferido em 13 de dezembro de 2019 pelo Juízo da 1ª Vara do Foro da Comarca de Salto do Estado de São Paulo (“Recuperação Judicial”).

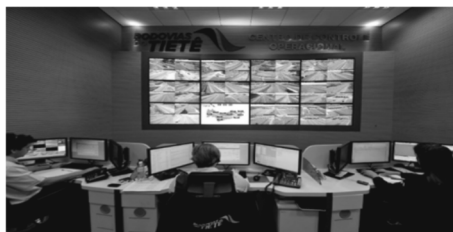
Na visão da Companhia, o processo de Recuperação Judicial é a maneira mais adequada para: (a) buscar, de forma organizada, o reperfilamento de seu endividamento em melhores condições; (b) preservar a continuidade dos serviços públicos prestados pela Companhia, considerando os compromissos assumidos com a Agência de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP; (c) possibilitar a manutenção da normalidade operacional de suas atividades; e (d) preservar o valor e proteger o caixa da Companhia.

A decisão que deferiu o processamento de Recuperação Judicial determinou, entre outros, (i) a nomeação da Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda. para exercer a função de administradora judicial; (ii) a suspensão de todas as ações e execuções contra a Companhia, na forma do artigo 6º da Lei de Recuperação e Falências; (iii) a necessidade de prévia deliberação acerca da essencialidade ou não de bem ou direito inserido na esfera patrimonial da Companhia para qualquer ato de excussão de bens essenciais ou pagamento fora da Recuperação Judicial, sob pena de sanção; (iv) a apresentação de plano de recuperação judicial no prazo de 60 dias; e (v) reconheceu como bem essencial os valores contidos na “Conta de Pagamentos do Projeto” durante o *stay period*.

Em 19 de dezembro de 2019, foi publicada a lista de credores apresentada pela Companhia. A partir desta publicação os credores tiveram um prazo de 15 (quinze) dias para apresentar ao administrador judicial habilitações ou divergências de créditos.

Atualmente o administrador judicial está revisando a lista de credores apresentada pela Companhia e, levando em consideração as habilitações de crédito e divergências, apresentará e publicará uma segunda lista de credores. O prazo para o administrador judicial apresentar a segunda lista de credores é de 45 (quarenta e cinco) dias após o fim do prazo para apresentação das habilitações de crédito e divergências (“Segunda Lista de Credores”). A partir da publicação da Segunda Lista de Credores, terão o início dois prazos para os credores: (i) um prazo de 10 dias para os credores apresentarem ao Juiz suas impugnações à Segunda Lista de Credores, e (ii) um prazo de 30 dias para os credores apresentarem suas objeções ao plano de Recuperação Judicial.

O plano de Recuperação Judicial deverá ser aprovado em Assembleia de Credores em data a ser designada pelo juízo da Recuperação Judicial. Após essa aprovação, o Plano deverá ser homologado pelo juiz.

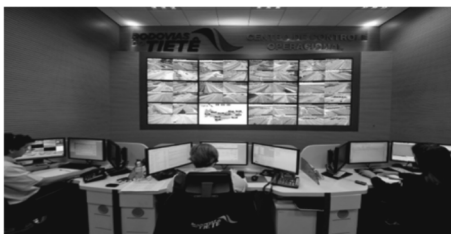


Debêntures - (continuação)

Resultados dos Índices Financeiros em cada período:

Período	ICSD	D/E Dívida e Patrimônio Líquido
Dezembro/2013	Não medido	83,67/16,33
Junho/2014	Não medido	83,95/16,05
Dezembro/2014	Não medido	84,35/15,65
Junho/2015	7,54	84,88/15,12
Dezembro/2015	1,82	87,95/12,05
Junho/2016	1,36	89,35/10,65
Dezembro/2016	1,46	89,66/10,34
Junho/2017	1,63	90,58/9,42
Dezembro/2017	1,52	91,15/8,85
Junho/2018	1,58	93,11/6,89
Dezembro/2018	1,43	94,14/5,86
Junho/2019	1,17	96,85/3,15
Dezembro/2019	Não medido*	-

* Devido a declaração de vencimento antecipado, a Companhia não realizou os cálculos dos Índices Financeiros para o período findo.



Obras e Investimentos



Duplicação da SP-101

Duplicação do km 25+700 ao km 43+500 (total de 17,80 quilômetros) da rodovia SP-101 e implantação/adequação de 5 dispositivos. Os trabalhos de limpeza do local da obra já foram iniciados, bem como as intervenções de supressão vegetal. As Obras de Arte Especiais (OAE's) dos quilômetros 25, 32 e 41 também foram iniciadas e o custo incorrido até dezembro de 2019 foi de **R\$ 8,268 milhões**.



Duplicação da SP-308

Duplicação do km 102+200 ao km 127+730 (total de 25,53 quilômetros) da rodovia SP-308 e implantação/adequação de 8 dispositivos. Os trabalhos de limpeza do local da obra já foram iniciados, bem como as intervenções de supressão vegetal. As Obras de Arte Especiais (OAE's) dos quilômetros 103, 107 e 112 também foram iniciadas e o custo incorrido até dezembro de 2019 foi de **R\$ 5,897 milhões**.



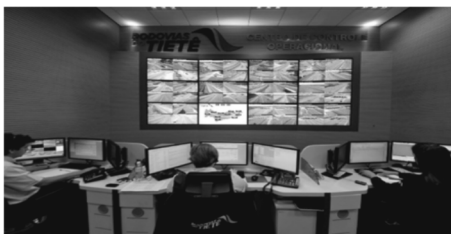
Dispositivo da SP-101 km 5+000

Construção de um dispositivo no km 5+000 da SP-101, próximo a cidade de Campinas, com interligação ao viário urbano e conexão com corredores da EMTU. A contratação foi dividida em duas etapas: a primeira etapa, relacionadas as faixas de aceleração/desaceleração, foi concluída e a segunda etapa, relacionada à construção da OAE, já foi contratada e os trabalhos estão sendo iniciados. O custo incorrido até dezembro de 2019 foi de **R\$ 2,741 milhão**.



Dispositivo da SP-300 km 257+800

Melhorias no dispositivo existente no km 257+800 da SP-300, reconfigurando-o e adequando as faixas de aceleração/desaceleração e os raios de giro dos ramos. O custo incorrido até dezembro de 2019 foi de **R\$ 823 mil**.



Responsabilidade Socioambiental

Café na Passarela



Esta ação tem como objetivo principal de reduzir o número de acidentes com pedestres nas rodovias, ela é realizada nos pontos com maior fluxo de pedestres com o convite para um café da manhã acompanhado de material educativo e orientações pelos funcionários da concessionária afim de incentivar e conscientizar os usuários sobre a importância do uso das passarelas e os riscos envolvidos em travessias imprudentes.

Projeto Escola



Esta ação tem como o objetivo receber na sede da concessionária e apresentar às crianças da rede de ensino fundamental para conhecer os serviços disponibilizados pela concessionária a seus usuários e introduzir os primeiros conceitos de segurança viária.

Seleção na Estrada

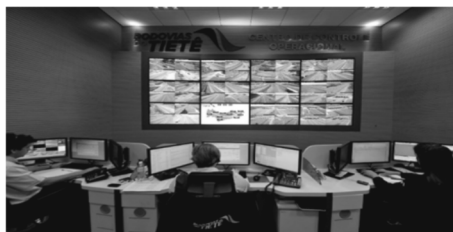


Esta ação tem como objetivo acompanhar e orientar motoristas ou pedestres circulantes das áreas lindeiras às rodovias concessionadas sobre a saúde, visando reduzir o índice de acidentes causados por mal súbito no “volante” e disponibilizar orientação médica. Nesta ação afere-se a pressão arterial e o índice glicêmico dos usuários participantes.

Ação “Cavalo de aço – Abrace a vida motociclista”

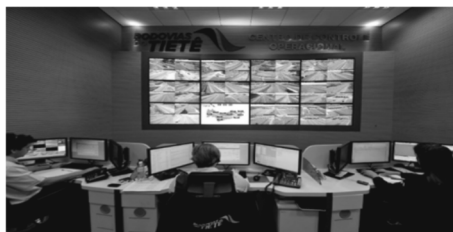


Esta ação tem como objetivo abordar os motociclistas para conscientizá-los sobre os cuidados no trânsito, ressaltando sobre a importância do uso dos equipamentos de segurança. A concessionária disponibiliza gratuitamente uma inspeção nos itens de segurança das motocicletas e faz a distribuição de equipamentos como: antenas anti cerol e kit de adesivos refletivos para capacete.



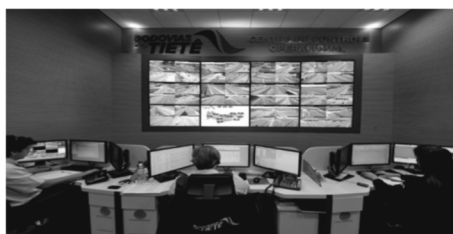
Balanço Patrimonial

Ativo (em R\$ mil)	2019	2018
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	4.846	47.698
Contas a receber (Nota 6)	20.910	19.305
Despesas Antecipadas	769	1.356
Impostos a recuperar (Nota 7)	1.132	3.023
Outros ativos	2.240	890
	29.897	72.272
Não circulante		
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 5)	63.528	108.326
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8)	242.107	165.286
Despesas antecipadas	5	32
Depósitos judiciais (Nota 13.a)	37.949	29.690
Outros ativos	1.375	3.907
Imobilizado (Nota 9)	8.516	8.448
Intangível (Nota 10)	1.301.569	1.224.008
	1.655.049	1.539.967
Total do ativo	1.684.946	1.611.969



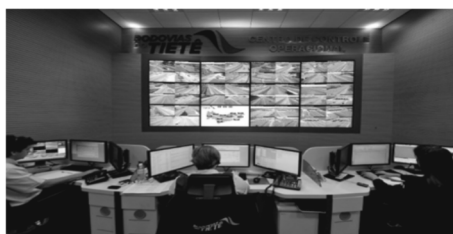
Balanço Patrimonial

Passivo (em R\$ mil)	2019	2018
Circulante		
Fornecedores e prestadores de serviços (Nota 11)	11.954	16.873
Debêntures (Nota 14)	1.427.507	1.348.182
Credor pela concessão	330	318
Obrigações tributárias	2.776	2.590
Obrigações trabalhistas	3.467	5.324
Provisões (Nota 13)	158.251	18.018
Outros passivos	229	228
	1.604.514	1.391.533
Não circulante		
Debêntures (Nota 14)	-	-
Provisões (Nota 13)	131.390	134.975
Mútuos a pagar a partes relacionadas (Nota 12.b)	129.982	116.068
Outros passivos	1.330	1.557
	262.702	252.600
Total do passivo	1.867.216	1.644.133
Patrimônio líquido (Passivo a Descoberto) - (Nota 15)		
Capital social	303.578	303.578
Prejuízos acumulados	(485.848)	(335.742)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(182.270)	(32.164)
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	1.684.946	1.611.969



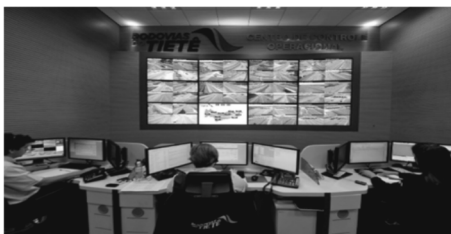
Demonstrações dos Resultados

Demonstração dos Resultados (em R\$ mil)	2019	2018
Receita operacional líquida (Nota 16)	348.359	296.960
Custos dos serviços prestados (Nota 17)	(276.541)	(210.133)
Lucro bruto	71.818	86.827
Despesas e receitas operacionais:		
Gerais e administrativas (Nota 17)	(15.044)	(14.402)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (Nota 17(i))	(99.596)	5.176
	(114.640)	(9.226)
Lucro operacional	(42.822)	77.601
Despesas financeiras (Nota 18)	(192.691)	(187.221)
Receitas financeiras (Nota 18)	8.586	20.669
Despesas financeiras, líquidas	(184.105)	(166.552)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(226.927)	(88.951)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 8)	76.821	30.107
Prejuízo do período	(150.106)	(58.844)
Prejuízo básico e diluído por ação - em R\$ (Nota 20)	(0,00495)	(0,00194)



Fluxo de Caixa

Demonstração do Fluxo de Caixa (em R\$ mil)	2019	2018
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do período	(150.106)	(58.844)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(76.821)	(30.107)
Depreciação e amortização	43.242	38.161
Rendimentos de aplicações financeiras	(4.935)	(10.452)
Perda na baixa de bens do ativo intangível e imobilizado	100	30
Juros e variações monetárias sobre financiamentos e debêntures	159.054	165.149
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	13.914	12.822
Provisões para demandas judiciais	105.106	(1.395)
Provisões para manutenção em rodovias	42.222	31.953
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção em rodovias	11.424	(1.682)
Variação monetária sobre provisão para investimentos	301	252
Provisão (reversão) para crédito de liquidação duvidosa	(53)	81
	143.448	145.968
Variação nas contas de ativo		
Contas a receber	(1.552)	680
Despesas antecipadas	614	248
Tributos a recuperar	1.891	14.076
Depósitos judiciais	(8.259)	(4.374)
Outros ativos	1.182	1.393
Variação nas contas de passivo		
Fornecedores e prestadores de serviços	(4.918)	(5.138)
Credor pela concessão - ônus variável	13	(9)
Obrigações tributárias	186	(152)
Obrigações trabalhistas	(1.858)	(79)
Provisão para manutenção — pagamento	(22.404)	
Outros passivos	(228)	(241)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	108.115	27.832
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aplicações financeiras	(47.000)	(16.281)
Resgate de aplicações financeiras	96.733	107.123
Investimentos no ativo imobilizado	(1.487)	(130)
Investimentos no ativo intangível	(104.998)	(62.880)
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades de investimento	(56.752)	27.832
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Amortização de principal sobre debêntures	(38.803)	(51.029)
Pagamento de prêmio sobre financiamentos e debêntures	(55.412)	(113.779)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(94.215)	(164.808)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(42.852)	15.396
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	47.698	32.301
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4.846	47.698



Relacionamento com o Auditor

No ano de 2019, a Concessionária contratou a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (“PwC”) para a realização de outros trabalhos relacionados a *compliance*, cujo valor representa aproximadamente 10% dos honorários de auditoria, mas que não afetaram a independência e objetividade da PwC para revisar as demonstrações financeiras de 2019.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservem a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.